

019ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 19NOV2021

Pauta: Debater o PLE nº 041/21

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. PROCESSO 138.00036/2021-80. AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 041/2021, QUE DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPA CRECHE JUNTO A INSTITUIÇÕES PARTICULARES COM FINS LUCRATIVOS PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 18 de novembro de 2021, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/137165>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública poderá ser acessada será transmitida pela TVCâmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 08 de novembro de 2021. **VEREADOR MÁRCIO BINS ELY**, Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): (19h18min) Boa noite a todos, já temos quórum. Peço ao nosso diretor legislativo que proceda ao início da reunião.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A nossa audiência pública de hoje vai tratar a respeito do PLE nº 041/21, que dispõe sobre a autorização para a aquisição de vagas na educação infantil – etapa creche – junto a instituições particulares com fins lucrativos para crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Representam o Poder Executivo, nesta audiência, o secretário Cassio Trogildo, da Secretaria de Governança e Articulação Política, e a secretária Janaina Audino, da Secretaria de Educação. O funcionamento da nossa audiência se dará da seguinte maneira: teremos uma exposição inicial, da parte do Executivo, acerca do projeto; partir deste exato momento, estamos recebendo, pelo *chat*, até dez inscrições de pessoas que desejam se pronunciar sobre a matéria, pelo tempo de cinco minutos. Intercaladamente com as inscrições da comunidade, os vereadores que estiverem presentes na reunião poderão também se pronunciar.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Luiz Afonso. Boa noite, secretária Janaina; boa noite, secretário Cassio Trogildo. A secretária Janaina Audino está com a palavra.

SRA. JANAINA AUDINO: Boa noite a todos que nos acompanham nesta audiência pública, quero cumprimentar o nosso Presidente Idenir Cecchim, os demais vereadores presentes, nossos colegas e toda a nossa equipe da Secretaria de Educação que nos acompanha. Sou a secretária Janaina e nós vamos fazer uma breve fala, porque acho que é um espaço muito importante também para que a gente possa esclarecer dúvidas. Vou pedir para nossa equipe projetar uma apresentação que fizemos. Essa apresentação depois pode ser compartilhada para que a gente possa contar um pouquinho de como esse projeto de lei foi pensado, num primeiro momento, para solucionar as questões da demanda reprimida que nós temos de vagas em creche no Município de Porto Alegre. Bom, o primeiro ponto a trazer é um cenário de Porto Alegre em relação à educação infantil. Quando eu falo em educação infantil, estou falando de duas etapas muito importantes. No caso deste projeto de lei, nós estamos falando da etapa de zero a três anos. No cenário de Porto Alegre, hoje, nós temos, com base levantada já deste mês, um total de 3.789 crianças nessa lista reprimida, como nós chamamos na Secretaria de Educação. Então, são praticamente quase quatro mil famílias que estão sem esse atendimento. E a partir de todos os levantamentos que a Secretaria tem feito, nós temos uma ideia de uma projeção em torno de 5.839. Esse número é muito dinâmico, porque as famílias nos procuram muito, então temos uma perspectiva de seis mil vagas na lista de espera para a etapa de zero a três anos. Bom, o que acontece dentro do cenário

do Município de Porto Alegre? Nós temos um esgotamento de vagas na nossa rede própria – hoje nós temos 42 escolas exclusivas de educação infantil e temos 215 escolas comunitárias. Até o momento, nós já conseguimos preencher 9.376 vagas nessas duas formas de atendimento, vamos dizer assim. Por outro lado, nós temos um crescente movimento de judicialização, que são famílias que, por não conseguirem essa vaga no Município, acabam ingressando na Defensoria Pública, no Ministério Público, para garantia dessa vaga e, aí sim, a judicialização faz com que a gente tenha um valor médio em torno de R\$ 900,00 por vaga, além de todos os custos judiciais que também tem todos os

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

honorários da Defensoria Pública, do Ministério Público, de toda a negociação que tem que ser feita com a Secretaria de Educação, e a gente chega a um número, que é um número praticamente relevante, considerando que esse número pode aumentar. Então, em 2020, nós tivemos 945 vagas judicializadas, e já neste ano de 2021, 743 vagas judicializadas. O modelo que nós temos propondo, através desse PL, é um estudo, e desde o início da nossa gestão o prefeito tem essa sensibilidade de que a gente precisa dar conta desse atendimento dessas famílias, e nós começamos a pesquisar outras capitais entender como é que foi esse movimento em algumas capitais que já solucionaram esse problema. Então, nós trazemos aqui um PL muito baseado em estudos, baseado em fontes do que outras capitais já fizeram.

A gente tem alguns pontos preliminares que a gente queria destacar, enquanto Secretaria de Educação. Hoje, com esse PL, a gente consegue solucionar uma imediata demanda que nós temos no Município, e isso vai possibilitar que, quando uma família procurar a vaga, se dirigir à Secretaria de Educação, a gente já tenha, então, esse benefício, para que a família seja atendida de uma forma mais ágil e também de uma forma qualificada.

Nós também conseguimos fazer o fortalecimento da rede parceira do Município, com ampliação de possibilidades de maneira residual, ou seja, nós temos como acompanhar nos territórios essa demanda, porque a gente tem bairros com mais necessidade, outros menos, então a gente consegue também fazer esse atendimento pelo território. Temos um ponto muito importante que é a possibilidade de fixar valores pagos por vaga, ou seja, hoje a gente já tem esse crescente movimento de judicialização que, de alguma forma, onera o Município, mas também, com a compra de vagas, a gente consegue fazer um trabalho preventivo, também diminuindo esse custo de vaga, quando a gente olha o valor da judicialização.

Um ponto muito forte é a inclusão social e a oportunidade de desenvolvimento da criança e da família, são duas questões muito importantes em relação à qualidade: o atendimento dessa criança de zero a três anos, para que a mãe possa trabalhar, e o fortalecimento do território. Hoje a gente acompanha as famílias e a necessidade delas, e não é só a vaga no local, no bairro, que essa mãe procura. Por vezes, ela trabalha num bairro distante e ela precisa se deslocar, e essa possibilidade da compra de vagas também poderia dar a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

oportunidade dessa mãe ter um atendimento numa escola que seja próxima ao seu trabalho, por exemplo.

Outro ponto que a gente traz é o foco, como eu falei antes, do PL, que é de zero a três anos e onze meses, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e aqui a gente está seguindo os mesmos critérios que a Defensoria Pública adota, como renda, mães que trabalham, quantidade de filhos e justamente a necessidade familiar. Nós temos aqui todo um estudo que foi feito dos valores a serem pagos por vagas. É muito importante destacar essa parte porque – como eu falei no início – nós temos 215 escolas parceiras do Município, e aqui a gente tem que colocar esse empenho que nós estamos fazendo junto a essas escolas, que são muito importantes para o Município, porque elas atendem praticamente 84% da nossa demanda, por isso nós optamos por seguir o mesmo modelo do valor. Então, a compra de vagas segue o mesmo valor do repasse que nós já fazemos para as nossas escolas parceirizadas, porque, hoje, o nosso modelo de parceria, como falei no início, chega, em alguns territórios, a um deslocamento de vagas. Desde o início do ano, estamos buscando fazer uma ampliação de vagas, onde a gente tem possibilidades, mas em algumas instituições a gente já carece de espaço físico. Adotando o mesmo modelo de valor pago para a rede comunitária, a gente tem esses três cenários de valores, dependendo do número de capacidade a ser atendida. São valores que variam de R\$ 777,22, por exemplo, a R\$ 646,00 por aluno, dependendo da capacidade de atendimento. Um ponto importante, também, é a nossa solicitação, através desse PL, da creche privada, devidamente credenciada na SMED, por meio de um edital de chamamento público de credenciamento, que será uma próxima etapa, porque tem toda a questão da qualidade que a gente precisa acompanhar depois, a proposta pedagógica, a implementação. Aqui a gente traz um pouquinho do caminho, como a gente pensou esse PL: o primeiro ponto é a distribuição de todas as vagas que nós temos nas escolas municipais e na rede comunitária, que envolve esses dois primeiros caminhos que eu falei. Nós abrimos, agora, o processo de matrículas na educação infantil, justamente para a gente entender o cenário da nossa demanda, a gente sabe que estamos vindo de um cenário mais positivo da pandemia, então, tende a crescer a procura de vagas em creche, porque a vida está voltando ao normal. Então, depois de dois anos de pandemia, onde as famílias optaram por ficar um pouco com as crianças em casa, a gente agora tem que trabalhar para que esta procura

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

não aumente. Num primeiro movimento, nós já conseguimos mapear as vagas que nós poderíamos ampliar nas escolas próprias; num segundo movimento, nós também conseguimos identificar a distribuição das vagas em todas as escolas comunitárias; e um terceiro caminho que a gente traz aqui é que, superando essas totalidades de vagas, aí sim, entra o nosso desejo de adquirir vagas específicas em creches sem fins lucrativos. Um edital já foi lançado, e nós estamos fazendo esse chamamento público para atrair novas instituições para o Município. A gente sabe que tem esse leque de 215 escolas, mas também a gente quer atrair mais instituições parceiras, e, havendo um esgotamento desses três caminhos, por fim, então, a gente adquiriria essas vagas nas escolas com fins lucrativos. É importante destacar – acho que depois, nas perguntas, podem vir algumas dúvidas – que, quando a gente fala em compra de vagas nas escolas privadas, a gente também teve o cuidado de estabelecer um teto de percentual de quantidades de vagas que a gente pode comprar em cada instituição, para não caracterizar que essa escola seja 100% do Município, porque aí o modelo seria a parceria, a parcerização que nós já temos com muitas instituições.

Por fim, o próximo passo seria a aprovação da lei, para que a gente possa, então, lançar pela SMED o edital de credenciamento para creches privadas com fins lucrativos. Como eu expliquei, a gente já está com o edital lançado para novas instituições sem fins lucrativos, mas, agora, com a aprovação do PL, a gente poderia fazer o lançamento do edital, credenciar essas instituições e, aí, num terceiro passo, distribuir as vagas de acordo com critérios estabelecidos pela SMED, claro que observando todo o regramento que a gente deve atender, como as famílias que mais precisam, e olhando os territórios que a gente tem mais necessidade. É uma apresentação mais ampla, acho que agora a nossa equipe fica à disposição para responder às dúvidas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Restam alguns minutos da apresentação inicial, passo a palavra ao secretário Cássio Trogildo.

SR. CASSIO TROGILDO: Boa noite, Presidente Idenir Cecchim; boa noite, diretor legislativo Luiz Afonso, saúdo todas as representações; saúdo a minha colega secretária Janaina Audino e toda a equipe da Secretaria Municipal de Educação. Primeiramente,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

quero agradecer à Câmara Municipal por mais esta audiência pública, de tantas que já realizamos ao longo deste ano, Presidente Idenir Cecchim, e aqui mais uma demonstração de um trabalho muito bem realizado no âmbito do Executivo, por parte da secretária Janaina Audino e de toda a equipe lá da SMED, que busca justamente reforçar os laços já existentes, todas as parcerias já existentes, e uma condição adicional de atendimento dessas demandas tão importantes para as nossas famílias porto-alegrenses, em especial para o atendimento às nossas crianças. Que nós tenhamos uma boa-noite de trabalho e que logo, logo a gente possa ter esse projeto apreciado e aprovado na Câmara Municipal, para que a secretária e a sua equipe possam logo lançar o edital e, quiçá, termos todas as vagas que ainda necessitamos para as nossas crianças.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Realmente é um projeto importantíssimo, que atende não só às famílias das crianças, mas atende às empresas onde as pessoas, onde as mães trabalham, pois as mães precisam deixar os filhos para poder desempenhar o seu trabalho e levar o sustento para casa. É um projeto realmente importante.

A Sra. Rosimary Lucas Campos está com a palavra.

SRA. ROSIMARY LUCAS CAMPOS: Boa noite. Eu inscrevi a minha neta para uma vaga em três escolas municipais; numa ela ficou no 57º lugar, na outra ela ficou em 36º e na outra ela ficou em 12º. Minha filha não trabalha, até tentou trabalhar, acabou deixando a minha neta com uma menor, porque não tinha quem cuidasse, e tudo isso foi exposto quando foi feita a inscrição. Ela não trabalha, ela mora com a minha outra filha que tem 17 anos, e a renda é única, dessa minha filha de 17 anos, que faz um curso remunerado na instituição Calábria. Vulnerabilidade, o que seria nessa situação? Porque a minha filha não consegue trabalhar, e elas precisam comer, elas precisam... Na verdade, elas estão sobrevivendo. Enquanto há pessoas que têm filhos na escola, nas creches, voltam para casa, eu sei porque tem muita gente aqui perto – eu inscrevi ela em três escolinhas, em três escolas perto da minha casa –, as pessoas voltam para casa e vão tomar chimarrão, vão conversar, aí deu a hora de buscar, vai lá na escola busca. Volta para casa e vai escutar rádio, sabe? Então, eu acho que tinha que ser uma coisa muito bem apurada, para a criança poder ter a vaga. Porque nem todas, infelizmente, nem todas querem trabalhar. E a minha

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

filha que necessita, precisa, não pode! Ela estava trabalhando, teve que sair do serviço, porque ficou com medo de denunciarem ela por deixar minha neta de um ano e oito meses com uma criança de treze anos. É óbvio que, quando eu podia, eu ia, eu ficava e tal, mas nem sempre a gente pode. Sendo que a creche, a EMEI Vila Nova é do lado da casa dela. Do lado da casa dela! E vulnerabilidade é o quê? É a criança estar passando... Estar apanhando? É a criança estar sendo maltratada? Porque isso, graças a Deus, a gente não passa, é uma criança muito amada, uma criança cheia de luz e tratada com muito carinho. Será que foi por isso que ela não conseguiu a vaga? Quando foi feita a inscrição estava ali um salário para três. O que eu faço agora?

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu acho que a secretária responde no final.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): De fato, no final todas as questões colocadas ficam à disposição para que a secretária possa fazer as respostas. O professor Raul Pont está com a palavra.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Muito prazer, prefeito Raul. O senhor foi um grande prefeito da cidade de Porto Alegre. O professor Raul Pont está com a palavra.

SR. RAUL PONT: Boa noite Ver. Idenir, boa noite vereadores e vereadoras, quero saudar essa iniciativa da Câmara de possibilitar esta audiência pública sobre essa medida, esse projeto de compra de vagas. Eu me inscrevi nesta audiência porque vivi diretamente, como vice-prefeito e depois como prefeito, a ampliação do serviço, quando nós fomos pressionados, questionados pela comunidade de Porto Alegre para ampliar as vagas do ensino regular do Município na escola infantil, e como todos os governos, nós sabemos que é muito difícil estender e criar novas vagas na rede municipal, porque isso demanda professores, demanda recursos, então nós construímos, junto com a comunidade, naquela oportunidade, uma política que foi muito exitosa, mais conhecida como as creches comunitárias. A partir do debate e da discussão com as próprias entidades que prestavam esse serviço, se criou uma rede que foi crescendo. Quando terminou o mandato de vice e de prefeito, já existiam convênios com mais de cem entidades, o que veio a melhorar

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

consideravelmente o atendimento da Educação Infantil. Eu acho que essa política é mais correta para o Município, para o poder público, que têm a responsabilidade. Depois daquela época, as mudanças que ocorreram na legislação comprometem mais, obrigam mais o Município a prestar o serviço, então eu entendo que essa política é mais positiva porque ela permite ao poder público, ao garantir recursos para creches comunitárias, garantir também uma assistência pedagógica, uma assistência de saúde e o acompanhamento do dia a dia. Não é um recurso dado de maneira arbitrária ou sem o devido acompanhamento e a devida qualificação dos serviços que serão prestados. Eu me lembro que isso foi muito bem aceito pelas creches comunitárias, e também a capacitação dessas experiências foi feita pelo Município. Uma ou outra creche que não tinha recursos suficientes para ter um bom atendimento na área da cozinha, na área de banheiros, de higiene, entrou num conjunto de medidas que eram aprovadas pelo Orçamento Participativo, nas esferas regionais do Orçamento. E eu entendo que essa forma é mais positiva, porque ela obriga, ela mantém o compromisso e facilita ao Município ter esse atendimento e, ao mesmo tempo, garantir também uma assessoria, garantir uma formação. Quer dizer, esse processo foi tão rico, que as pessoas que trabalhavam nessas creches comunitárias não só tiveram oportunidade de fazer a sua formação, como acabaram reivindicando do poder público a possibilidade até do curso superior que, na época, foi organizado pela UERGS. Foi possível nós construirmos, em convênio com a UERGS, a formação até de nível superior, o que mostra que as pessoas não só tinham interesse em qualificar os seus serviços, mas também queriam garantir um serviço qualificado para a cidadania, para as comunidades de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, isso não significava o mesmo custo, o mesmo gasto que o Município teria se essa rede fosse totalmente estatal, totalmente do Município.

Esse é o meu depoimento, essa é a minha experiência de vida como vice-prefeito, como prefeito. Lembro que quando saí do governo, como prefeito, nós já tínhamos mais de cem entidades, entre entidades religiosas, entidades sindicais, entidades comunitárias, as mais variadas, e que davam uma demonstração importantíssima de compromisso, de envolvimento com o poder público e de grande valia para a comunidade, que passou a ter uma rede que, na época, até rivalizou e começou a ser maior em número de atendimentos do que a nossa rede própria do Município. Então, esse é o meu depoimento, é a minha opinião. Obrigado, Ver. Idenir Cecchim, prazer vê-lo novamente, queria cumprimentar os

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

demais vereadores e vereadoras que participam da reunião, e a comunidade que está acompanhando essa audiência pública. Obrigado, um abraço.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Muito obrigado, prefeito Raul Pont, V. Exa. tem sido atencioso. Eu fui testemunha, na época, eu era presidente da Associação dos Empresários de Zona Norte – Assonorte, V. Exa. sempre teve um atendimento muito atencioso. E hoje com esse seu depoimento importante, sensato, preocupado com as crianças, vou levar esse seu depoimento ao prefeito Sebastião Melo, pela importância que tem a sua participação neste debate. Muito obrigado, prefeito.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Marina Meneghel está com a palavra.

SRA. MARINA MENEGHEL: Boa noite a todos, todas e todes, eu estou assessora da Ver. Karen Santos, mas sou professora da rede municipal e tenho algumas perguntas para fazer no sentido de entender o projeto na sua amplitude. Primeiro, queria saber como seria feita a questão do transporte, porque hoje tanto as escolas infantis municipais quanto as creches comunitárias, como nós conhecemos, estão no território, então a gente não precisa se preocupar com a questão do transporte dessas crianças. Isso seria mais um custo adicional da Prefeitura, ou isso teria que ser...? Até porque, se está pegando famílias em vulnerabilidade social, a gente sabe que a questão do transporte é um problema real. Inclusive para as assistências na Saúde, a gente sabe que é um problema bem importante, porque as famílias às vezes conseguem atendimento e não têm como conseguir transporte público. Essa é uma questão que eu queria entender: se vai se pensar no território em que essas crianças são atendidas, porque a gente sabe que as escolas privadas com fins lucrativos, não que sejam todas centrais, é obvio que elas estão espalhadas pela cidade, mas elas não estão lá em cima do morro. A gente sabe que as escolas municipais e conveniadas que estão no território das crianças. Então essa seria uma pergunta, como seria feito o transporte? Se vocês estão vendo essa questão ou não?

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

Também queria saber se vocês têm algum mapeamento de escolas interessadas em abrir essas vagas ou em receber esse recurso vindo da Prefeitura, e, se já tem o mapeamento, se ele poderia ser publicizado ou não, por enquanto.

A outra pergunta é em relação ao dinheiro mesmo, porque, acompanhando o *slide* que a secretária Janaina mostrou, me parece bem abaixo das mensalidades, porque uma escola infantil, meio turno, costuma custar mais ou menos um valor – R\$ 900,00, R\$ 1.000,00, R\$ 1.200,00 –, e eu gostaria de saber se vai ter algum ganho para essa escola privada com fins lucrativos, pois ela vai receber menos. Se a gente tem uma média de R\$ 700,00 por vaga e a mensalidade é R\$ 1.000,00, enfim, como fica isso, se isso também já foi pensado por vocês, porque, para mim, me parece que, se é com fins lucrativos, a gente sabe o objetivo da escola, será que ela aceitará receber menos ou vai ter algum tipo de isenção fiscal, alguma coisa assim? Qual é o lucro dessa escola, nesse sentido?

Eu gostaria de fazer essas perguntas para a gente tentar entender o todo da política, porque, de fato, nós estamos fazendo uma campanha, um abaixo-assinado nas periferias e realmente é gritante o problema da educação infantil nessa idade de zero a quatro anos, é uma demanda real e é uma política que não é só para as crianças, mas para as mães trabalhadoras. A Rosimary faz um relato que é basicamente o relato de quase cinco mil famílias. Também não é só para as crianças, mas para as mulheres mães trabalhadoras, mas acho que a gente, enquanto poder público, precisa pensar numa política de estado permanente, de estrutura que fica, não só na política de governo. Essas são algumas questões que nos preocupam, e a gente gostaria de entender um pouco mais. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações, Ver. Idenir Cecchim, presidindo aqui nossa audiência pública; quero saudar a secretária Janaina, o secretário Cassio Trogildo, que está acompanhando, e também o nosso sempre prefeito Raul Pont, fiquei muito feliz em ouvir a opinião deste nosso grande prefeito de Porto Alegre, que ampliou muito a rede de assistência ligada à criança e ao adolescente, e mais precisamente as creches. Queria dar um depoimento e gostaria que a Janaina nos orientasse nesse sentido. Se eu pegar a região leste, nós temos uma demanda muito grande, a maior parte das creches tem uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

demanda muito grande. Tem duas escolas públicas muito conhecidas: a São José e a Padre Ângelo Costa. Na Padre Ângelo Costa, que fica em frente à igreja São José do Murialdo, sempre teve em torno de duzentas, duzentas e poucas famílias aguardando vaga, porque a demanda é muito alta; assim como na São José, que tem em torno de cento e quarenta famílias aguardando vaga. Muitas creches, embora no sistema de conveniamento com entidades, têm uma demanda e não conseguem atender à necessidade da comunidade. Pergunto, inclusive vai ao encontro da última fala aqui feita: à medida que, Janaina, vais atender a essas famílias que estão aguardando algumas creches já existentes, se elas necessitarem de transporte público, como tu vais fazer? O poder público vai subsidiar? Essa é a primeira e grande questão que é de extrema importância, as famílias são de extrema vulnerabilidade, embora muitas delas consigam emprego, estão aguardando, não terão condições, possivelmente, de pagar o transporte público.

A segunda pergunta: há vários vazios, porque creches foram fechadas, que eram também de entidades; aqui na Av. Antônio de Carvalho, por exemplo, tem uma creche que foi fechada, era numa área do Estado, hoje tem várias entidades que gostariam de fazer uma parceria com o Município e poderem reabrir esses espaços; o que tu recomendas? Nós fazemos uma reunião contigo, com o governo? Acho que temos muito a trabalhar nessa questão, Idenir Cecchim, porque, realmente, a demanda é muito grande. Eu percebi que, no primeiro e no segundo turno, tanto o Melo quanto a Manuela falavam muito na questão da educação infantil, de ampliar o número de ofertas, na medida em que o poder público não tem escolas, não tem creches públicas. Eu também avalio essas parcerias do ponto de vista da necessidade, isso é louvável e creio que, nesse sentido, o governo deverá aportar um valor significativo – vamos dizer assim – para poder suportar a demanda existente.

Então, eu faço aqui um registro, e obviamente, em nome da nossa bancada, Cecchim, vamos conversar, acho que é uma bela e boa medida para atender à demanda atual. Um forte abraço.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Oliboni, pela sua participação. A Sra. Tzusy Estivalet está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

SRA. TZUSY ESTIVALET: Boa noite a todas, todos e todes. Eu acho que a gente está fazendo um debate bem importante, necessário e urgente, um debate da educação infantil, no País inteiro, em especial na nossa cidade, ainda mais com a função da pandemia. Que bom que a gente está conversando, uma pena que a gente já começa a fazer esse debate a partir dos *vouchers* para a escola privada. Isso é muito ruim; eu acho que é muito ruim, porque... Bom a gente poderia estar debatendo a função educativa da escola, a gente poderia estar debatendo a necessidade das famílias, das próprias crianças, em especial das mães solo. Acho que é isso, a Rosemary coloca muito bem o problema, já situa o problema, já cai no nosso colo, o problema, porque é isso: a seleção para as escolas públicas municipais é via vulnerabilidade. Essa é só uma questão que a gente teria para debater, entre todas outras que são anteriores à construção de uma saída, e a gente já chega numa audiência para debate do *voucher* para a escola privada. Estou colocando esse debate dessa forma, porque acho que foi a Marina que também colocou, que não resolve nosso problema. Como que tu faz uma ampliação, de fato, na cidade, da educação infantil? A ideia é: a gente pega uma região da cidade, por exemplo, que é o Rincão, que não tem uma escola pública de educação infantil. Tu tens ali uma escola municipal, que até dá conta do jardim, mas tu não tens berçário, maternal; tu tens creches conveniadas e creches de muita qualidade, inclusive cito aqui o Gianelli, por exemplo, que é um espaço educativo que poderia, inclusive, ser consultado sobre essas questões, mas antes de qualquer coisa, o diálogo deveria ser feito com a rede pública municipal de Porto Alegre. Estou colocando isso porque a gente sabe, eu sou professora, trabalho na Restinga, na minha escola, a gente poderia ter outras turmas de jardim, tranquilamente; a gente poderia fazer uma ampliação na escola, tem outras escolas que poderiam fazer ampliação, a gente sabe, inclusive escolas de educação infantil. Eu acho que foi um vereador que falou da Walter Silber, a gente sabe que, com o dinheiro que seria investido em *vouchers*, a gente poderia fazer uma ampliação de várias escolas de educação infantil que têm um interesse enorme nessa ampliação. Mas o que me preocupa é que nós estamos no primeiro ano de um governo, com uma Secretaria de Educação que não está conseguindo construir nenhum diálogo com a rede pública municipal. Teve a questão da BNCC, com a questão da reforma curricular, que primeiramente foi feita uma proposta dos professores e das professoras, das supervisões levarem uma contraproposta, se fez essa contraproposta e não foi levada em

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

consideração; na última semana caiu sobre as nossas cabeças uma proposta que nós não tivemos nenhuma participação efetiva, enquanto rede, muito menos as famílias. Então isso é o que mais me preocupa, porque as famílias, em nenhum momento estão sendo consideradas. Tu não perguntas para as famílias se elas querem a rede privada; tu não perguntas para as famílias se elas querem a escola comunitária, tu não perguntas para as famílias se elas querem ampliação da rede pública, que eu tenho certeza que seria essa a resposta. Tu não perguntas para os professores, para as professoras como vai ser o calendário escolar do ano que vem. O calendário escolar, pela primeira vez, nem no governo Marchezan que a gente lutou ano após ano, foi imposto da forma como foi imposto desta vez. Chegou na semana passada um calendário escolar pronto para as escolas, pronto; o absurdo é que não tem nem um sábado, ou seja, tu não consegues, já estou me encaminhando, ter uma integração das escolas e dos ciclos, dos anos/ciclos, porque o calendário escolar não foi pensado pelo conselho escolar. Caiu direto da secretaria para as escolas. Eu estou colocando essas questões, porque a minha pergunta é no sentido, primeiro, de como vai se dar esse *voucher* para a rede privada, se vai ter uma segregação dentro da própria escola, porque tu vais ter então as turmas de alunos em situação de vulnerabilidade, alunos das comunidades que vão ganhar o *voucher* e tu vais ter os alunos da rede privada; ou essa rede privada vai criar escolas para atender essas crianças? Como que vai se dar essa dinâmica dentro da escola? A outra questão é se a gente vai ter um diálogo real com a rede pública municipal durante este governo, porque não está acontecendo de fato. Tudo está vindo pronto, de forma verticalizada, e a gente só tem recebido as coisas diretamente prontas dentro de cada escola.

É isso, acredito que teríamos mil possibilidades de ampliação e de deixar essa política, de fato, para as comunidades, o que não está sendo pensado neste momento. É isso. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Tem mais alguém inscrito, diretor Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No presente momento não temos nenhuma nova inscrição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu me inscrevo então.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu gostaria de me inscrever também.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Por favor, comande e distribua as falas, Luiz Afonso, porque fiquei com pouca bateria, terei que recarregar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu não poderia deixar de me manifestar, porque eu sou a autora da lei da essencialidade das escolas de educação infantil no Município no período de pandemia, quando a minha luta foi para que as escolas estivessem abertas e não fechadas – e fui muito criticada por isso. Então, eu preciso me manifestar com relação às vagas e à necessidade da educação infantil. Eu recebo, principalmente neste período em que as inscrições estão sendo feitas para o próximo ano e tudo mais, eu recebo muitos pedidos de ajuda de mães, como bem disseram aqui, que precisam de vaga, que precisam trabalhar, que precisam manter as suas famílias e que, muitas vezes, não têm esse acesso. Isso é muito complicado. As escolas privadas infantis foram muito penalizadas durante a pandemia, muitas fecharam as portas, porque elas não tiveram os aportes que as conveniadas, as parceirizadas tiveram para manter folha de pagamento, para manter luz, água e outros, e as privadas não tiveram nenhum tipo de benefício. Muitas fecharam suas portas durante esse período tão complicado de pandemia. Acho que as privadas têm condições de receber, sim, alunos da rede pública, acho que é a melhor opção neste momento para que a gente possa resolver a falta de vagas e depois pensar talvez numa alternativa, mas a gente precisa, de imediato, de soluções. Eu acho que os *vouchers* são importantes também. A gente falou muito aqui, e eu ouvi muito, sobre a vulnerabilidade social, diferenças sociais e tal, e eu acho que as escolas infantis, as privadas, elas têm uma grande condição de atender e acolher essas crianças e não vai haver uma diferença social entre as crianças da comunidade e as crianças atendidas pelas privadas. Eu não acredito nisso. Eu acho que todas vão ser muito bem tratadas, instruídas e educadas juntas. Isso

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

não pode ser uma coisa que venha para discussão. Então, só queria deixar meu registro, dizendo que eu sou favorável, secretária Janaina, a essa construção, junto com as escolas privadas, nesse primeiro momento. Acho que isso é extremamente importante, porque o Município não tem recurso, hoje, para 6 mil vagas, mais ou menos, que é a necessidade da educação infantil, e nós sabemos muito bem que a educação infantil é a base de tudo, ela é necessária, é indispensável, e as mães precisam disso. Então, se não for de uma forma que seja de outra. Eu acho que aqui a gente tem que deixar as ideologias de lado e buscar alternativas reais e viáveis, para que a gente possa ter criança na escola. Esse é o princípio da educação, de tudo na nossa vida. Muito obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereadora. Realmente, eu fiquei preocupado com a colocação de uma antecessora sua, que falou que ninguém perguntou para as mães se elas querem ensino público, se elas querem escolas privadas. Mas as mães só querem uma resposta: vagas para seus filhos na escola, seja ela pública ou privada. A mãe não se preocupa com sindicato, com ideologia; as mães se preocupam com o bem-estar dos seus filhos. Então, com relação a essa resposta, secretária Janaina, eu faço questão de dar como vereador também. O que as mães querem é a vaga. Que bom que tem uma solução. Eu gostei muito do depoimento do ex-prefeito Raul Pont, porque ele construiu, naquela época, as escolas comunitárias, e agora temos essa solução importante, que resolve o problema de muitas crianças, de muitas mães que estão esperando por essa creche.

A Sra. Sara Campos está com a palavra.

SRA. SARA CAMPOS: Boa noite, eu sou mãe da Helena. A minha mãe falou agora há pouco sobre a minha situação de ter que sair do meu emprego para ficar com a minha filha, e eu não sei qual o próximo passo que eu dou agora, porque eu estou de mãos atadas. Realmente, foi como ela disse: eu estou sobrevivendo. Por quê? A minha filha tem um ano e oito meses, ela bebe leite, ela usa fraldas, nem sempre eu posso contar com a ajuda do pai dela, graças a Deus nunca faltou nada para ela, porque eu tenho ajuda da minha mãe, da minha irmã, mas e se eu não tivesse essa ajuda da minha família? Só que tem muitas mães que não têm. Foi como minha mãe falou: muitas mães voltam para casa e não podem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

procurar um serviço, nada. Eu moro no bairro Vila Nova, do lado da creche, mas minha filha ficou em décimo primeiro lugar, aguardando vaga. Só que eu não tenho como esperar até conseguir uma vaga, então, eu não sei o que eu faço, qual é o próximo passo. Eu vou no conselho, eu vou aonde para conseguir alguma vaga, para recorrer? Há muitas mães que não necessitam da vaga e conseguem, e eu não sei o que eu faço agora. Como eu disse, a minha filha bebe leite, usa fralda, e de onde eu vou tirar? Eu preciso trabalhar e tive que sair do último trabalho porque tinha, realmente, uma criança cuidando de outra. Imaginem, uma criança que acabou de fazer treze anos cuidando de um bebê de um ano e oito meses. Eu me sinto de mãos atadas e eu não sei qual é o próximo passo que eu dou. Eu queria um rumo, uma dica do que eu faço, qual o próximo passo que eu dou.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Sara. Depois, a secretária vai dar as respostas no final. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): É uma satisfação estar aqui com todas e todos nesta audiência, o meu abraço aos membros do governo e também o meu abraço ao ex-Prefeito Raul Pont; um abraço aos colegas vereadoras e vereadores e à secretária que está aí nesta audiência; eu fico muito preocupado, porque, na medida em que a gente avança, avança a sociedade, avança a humanidade, o Brasil parece sempre atrasado. Eu me lembro muito de um livro lançado em 2010, nos Estados Unidos, da Diane Ravitch, que foi secretária adjunta do governo Bush e do governo Clinton. Ela, depois de ter experienciado gestões privatistas, depois de ter implementado testes padronizados, depois de ela ter avançado no autonomismo, instituições, enfim, que não se coadunavam com uma ideia de rede, com uma ideia coletiva de educação; depois de ela ter instalado os *vouchers*, a compra de vagas, entrega do dinheiro para a iniciativa privada, ela fez uma grande crítica. Eu estou falando de uma pessoa que foi chefe de estado de um dos países mais poderosos do mundo e fez uma leitura crítica. Hoje ela tem 83 anos e faz a crítica da privatização da educação. O Brasil, por ter sempre uma espécie de vira-latismo... (Problemas na conexão.) ...e parece que pega depois, 10, 20 anos depois, parece que nós estamos sempre atrasados. Eu vejo uma rede municipal com esses doutores, que deveriam estar ampliando o número de vagas na própria rede municipal. Eu vejo conveniadas comunitárias

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

com larga experiência na educação, experiência de relação com as suas comunidades, que conhecem as necessidades socioeconômicas das suas comunidades. Hoje, escolas que querem aumentar berçário, que querem diminuir jardim, ou vice-versa, não conseguem fazer mudanças de vagas, e essa é uma questão para a secretária.

Outra questão: qual vai ser o tipo de reajuste que vai ser dado para os repasses às escolas conveniadas? Qual é o tipo de ampliação, para que tenhamos maior qualidade na educação própria das escolas públicas municipais de educação infantil? Eu vejo que simplesmente pegar ideias que não deram certo e repeti-las é ignorar todo o avanço na ciência da educação. Eu não falo aqui só como vereador, tenho o maior respeito por todas as vereadoras e vereadores, mas, se tem uma área que eu conheço, é educação. Eu sou doutor em educação, tive a satisfação de fazer duas graduações, de ter feito doutorado nessa área e compreender que essa área precisa avançar muito, e que essa área já teve tentativas na área privada que não deram certo. Inclusive, é objeto de questionamento a compra de vagas na EJA, tem questionamento jurídico sendo feito de compra de vagas na EJA. Eu fico muito preocupado, porque nós temos um Plano Municipal de Educação, nós temos princípios, uma lei votada nesta Casa em 2015, não fui eu que votei, foram os colegas da outra legislatura, anterior a esta. Nós precisamos, minimamente, não construir políticas de governo na educação; a educação precisa de políticas de estado. Tem um pesquisador famoso, Dermeval Saviani, que coloca que o grande problema do Brasil se chama política de governo. Cada governo vem, diz a sua ideia e, depois, se esfacela. Foi assim com o governo Marchezan, com um secretário paraquedista que não ouviu, não dialogou com a rede, impôs ideias, achou que tirando isso e botando aquilo ia melhorar. Piorou a qualidade da educação do Município, tivemos desinvestimentos. Então, por que não olhar para o erro e não repetirmos ele? Eu sou um vereador que não concordo com o “quanto pior, melhor”. Para mim, se a educação não é dialógica, se não há gestão democrática, eu combaterei isso, porque eu acredito que se nós somarmos, nós vamos produzir algo novo. Agora, se a gente achar que somos iluminados, que o Ver. Jonas é o iluminado, que a secretária Janaina é iluminada, que o prefeito Melo é iluminado, nós teremos um grande problema. Se nós acreditarmos que estando num cargo nós vamos salvar a humanidade, isso é um engano muito grande, e eu gostaria que nessa audiência nós pudéssemos refletir também sobre isso. O fato é que hoje nós não temos um currículo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

emergencial no Município, e faz dois anos que nós sofremos com EAD, que é uma educação precária, porque os alunos não têm instrumentos, eles não têm computador, eles não têm internet. Há problemas que não estão sendo levados em consideração, nós não estamos dando conta, e aí cria a ideia de troca uma disciplina aqui, outra ali. Foi isso, foi isso que colocaram. Perdemos 25% do governo Melo na educação, essa é a realidade, temos um ano perdido. O que as escolas produziram? Não, não conseguiram produzir porque não teve diálogo, ficaram sozinhas, a SMED se esqueceu delas. Eu acho que nós temos que fazer a leitura crítica. Eu não concordo que quanto pior, melhor. Tem mais três anos de governo Melo pela frente, e aqui eu não culpo pessoas, nós estamos trabalhando com políticas públicas, e nós temos que ter responsabilidade. Eu, como fiscalizador e vereador, estou atuando nessa área e nós queremos que isso avance. Nós estamos com a educação num patamar, nós precisamos levar ela para outro, e não só a solução “vamos comprar vaga”. Para concluir, eu me envergonharia de continuar um governo... Um governo, não, a Prefeitura sendo processada na justiça por não oferecer vagas. Ela tem que construir uma política robusta, todos têm que ter direito à educação, não pode ser pela pressão da justiça e por uma resolução paliativa, é uma política de governo, não vai virar política de estado, daqui a quatro anos vamos estar discutindo isso de novo, com outro prefeito. E é isso que nós temos que evitar, nós temos que construir uma coisa para muitos anos, um debate, como é o debate, por exemplo, do Plano de Educação, que é de dez anos – eu acho que deveria ser mais longo, claro, revisado periodicamente. Deixo aqui um abraço a todas e todos, e espero que a gente possa, logo, logo, ter as nossas audiências presenciais, mais olho no olho de todas e todos. Um grande abraço.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa noite, Ver. Cecchim, presidindo esta audiência; boa noite, secretária Janaina; ex-prefeito Raul Pont; eu me inscrevi para dizer que precisamos, sim, de vagas, e já foi dito pela Cláudia também, e eu concordo, que na emergência nós temos que ter providências, e as providências o governo está tomando, as outras propostas podem ficar sendo discutidas para um segundo plano. Já foram apresentadas na Câmara algumas alterações da educação que me chamaram bastante

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

atenção, eu já tive filhos em escola, que eu entendo superpositivas, e o Município precisa avançar onde as pessoas estão esperando, onde as crianças estão sem creches, onde as mães precisam trabalhar, porque, realmente, sem ter esse apoio, não tem como sair para trabalhar. Eu quero cumprimentar mais uma vez, cumprimentar o Ver. Cecchim pela condução dos trabalhos e o nosso trinta e sete, que está sempre presente. Boa noite.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Sra. Elisamar Rodrigues está com a palavra.

SRA. ELISAMAR RODRIGUES: Boa noite, vereador, gostaria de, na pessoa do vereador, cumprimentar a todos e todas demais aqui presentes e parabenizar pela importante pauta, tão necessária na nossa cidade. O Luiz Afonso não anunciou, mas eu me inscrevi e estou participando aqui enquanto Coordenadora-Geral do Fórum de Mulheres de Porto Alegre, que é um fórum composto por muitas entidades em que, a maioria delas, tem um trabalho nas suas relações com as mulheres. Ou seja, a questão de vagas nas creches muito nos toca. Tem chegado a nós denúncias e fatos das maiores perversidades, eu diria assim, porque hoje, com a pandemia, há crianças que ficaram órfãs, as mães estão tendo que ser a chefe da família, não está tendo uma sensibilidade, não está tendo esse avançar que a Ver.^a Lourdes Sprenger acabou de falar. Pergunto: quando? Gente, tem pessoas que estão dentro do secretariado, dentro da Prefeitura há alguns governos, eu não acredito que essas pessoas não consigam ter a compreensão, nem a sensibilidade e a competência de tentar fazer acontecer a política pública de qualidade, de acesso universal à vaga em creches de educação infantil com a velocidade que a pandemia está nos exigindo, Fora isso, muitas conveniadas foram fechadas, muitas conveniadas deixaram de retomar os contratos com a Prefeitura ou não conseguiram. Que preocupação estão tendo? O que está sendo feito em relação a isso para as comunidades tão carentes e que a gente sabe que são as que mais precisam, para que essas mães e o direito dessas crianças sejam assegurados. Eu desejo, sinceramente, que o nosso governo atual consiga e queira que o dever de cumprir com a política pública de acesso universal e de qualidade das nossas crianças e dessas famílias na educação infantil seja cumprido, porque é muito urgente e muito necessário. Eu acabei entrando atrasada na reunião, porque eu estava em outra reunião, e eu não sei o que foi explanado pela secretária ou por alguém em relação às metas. Se isso já foi dito, peço

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

desculpas, depois vou conseguir ata da reunião para eu ler. Eu penso que isso é muito importante: nós temos metas para quando? Quais as metas nós estamos atingindo? Nós nos elegemos com um plano de governo, a sociedade precisa, é um direito, e queremos desejar um bom governo, mas a gente está aqui para fazer a fala pela voz do povo também. Agradeço a oportunidade e, mais uma vez, parabéns pela atividade, vereador.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Sra. Alessandra Uflacker, da AEPEI, está com a palavra.

SRA. ALESSANDRA UFLACKER: Boa noite. Agradeço a oportunidade e parabenizo a formação desta frente parlamentar, é de uma importância muito grande e urgente a gente poder levar educação para todas as crianças. Eu faço parte da Associação de Escolas Privadas de Educação Infantil do Rio Grande do Sul – AEPEI, e a nossa bandeira é, realmente, a infância. Acho que foi colocado aqui que, talvez, tivesse alguma diferença; para nós, a infância, a qualidade de educação, de ensino é o que nos move. As escolas exclusivas de educação infantil estão preparadas e abertas para receber qualquer criança. A minha solicitação de me manifestar aqui, em nome da AEPEI, era para nos disponibilizar e dizer que queremos saber, sim, como vai funcionar, de que forma vai tudo acontecer na prática. Estamos abertas e preparadas para receber todas as crianças. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não tendo mais inscrições, passo a palavra para a secretária Janaina Audino, para que responda as perguntas que entender necessário e faça as suas considerações finais.

SRA. JANAINA AUDINO: Sr. Presidente, só gostaria de retomar a pauta da audiência pública. Nós estamos tratando aqui da aquisição de vagas em creche, e é muito importante, eu fui anotando aqui todos os questionamentos, mas que a gente possa, aqui, direcionar, vamos dizer assim, a nossa reflexão de que a gente está tratando de crianças de zero a três anos, a gente está tratando aqui de educação, e todas as famílias têm direito à educação bem como à escolha. Já aproveito para dizer que fico muito à vontade de tratar desse tema, porque sou doutora em educação, tenho muita apropriação do que estou

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

trazendo aqui como proposta, colocando que me tocou muito os depoimentos da Rosimary e da Sara, porque é justamente isso que nós escutamos todos os dias, assim como muitos vereadores, como a Ver.^a Cláudia Araújo, que é uma grande apoiadora da nossa pauta, tem essa demanda todos os dias. O que a gente mais escuta é a quantidade de famílias que precisa dessa vaga para poder trabalhar, mas não consegue. Quando a gente fala de vulnerabilidade social, Rosimary e Sara, é muito importante a gente cuidar porque tem critérios. Quando a gente vai selecionar criança para encaminhar para cada escola, a gente se pauta por critérios, como falei antes. Há famílias que recebem benefícios, têm mães que trabalham, têm mães que não trabalham, têm mães com mais de um filho, têm mais que estão em situação de violência doméstica; há diferentes critérios que são observados para que a gente possa encaminhar essas crianças, mas o que a gente mais escuta todos os dias é sobre a carência de vagas que nós temos hoje, no Município, para atender todas essas famílias.

Aproveito para pegar um pouquinho do gancho do professor Raul Pont, nosso prefeito, que trouxe essa sensibilidade, também, dessa pauta, porque este não é o problema da gestão do prefeito Melo e da Secretária Janaina, esse é um problema histórico do Município de Porto Alegre, e nós, num primeiro ano de gestão, estamos trazendo uma proposta, estamos trazendo um caminho para que a gente possa, num segundo ano de gestão, atender à demanda reprimida que temos. Quem passa pelas gestões públicas, sabe o grande desafio que temos, por exemplo, com construções, com aumentar a infraestrutura de espaços públicos. Hoje, nós temos, como falei no início, 42 escolas próprias de educação infantil. Eu escutei aqui que foi criticada a questão de a gente olhar esses espaços, poder fazer ampliação, mas para a gente poder fazer ampliação de espaço físico, a gente precisa de projeto, a gente precisa de projeto arquitetônico, a gente precisa de laudo técnico, a gente precisa fazer licitação. Se esse for o caminho que a sociedade entende, que a gente vá perder mais dois anos para... Nós assumimos essa gestão; se as mães e os pais entendem que esse é o caminho, que a gente pode esperar e não encaminhar o projeto de compra de vagas já, para solucionar um problema no início do próximo ano letivo, podemos discutir, mas, hoje, a mãe que chega na Secretaria de Educação, ela não pergunta se a escola é do Estado, do Município, se é uma escola privada, ela chega com o nome, dizendo que precisa da vaga, porque fica perto da sua casa, que precisa da vaga numa escola que fica perto do

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

seu trabalho. Hoje nós temos mães que saem da Restinga em torno de 5h30min e que vêm para o centro de Porto Alegre trabalhar. Essa mãe não consegue deixar o filho nesse horário na creche na Restinga, essa mãe precisa trazer a criança junto; por isso o nosso projeto... Quando a gente fala de território, como aqui foi colocado também, território não é a família vai ser atendida só na comunidade onde mora, é dar oportunidade a essa mãe que sai lá da Restinga para trabalhar no centro de Porto Alegre, para que ela tenha uma garantia de vaga no centro da cidade; é dar oportunidade para essa mãe poder fazer escolha da escola em que a filha quer estudar. Então, vejam, eu acho que a gente precisa aqui se sensibilizar com essa pauta, no sentido de que as mães precisam, as famílias precisam. E nós – eu escutei o Ver. Jonas aqui – estamos trazendo um caminho; se existem outros caminhos, nós estamos abertos a escutar, estamos abertos. O nosso governo, o prefeito Sebastião Melo, é um democrata no diálogo, mas a nossa proposta, sim, tem êxito, ela traz aqui um estudo fundamentado em outras capitais que já fizeram esse projeto de lei, já compram vagas. Foi questionada também aqui a questão dos valores: nós justamente estamos buscando equiparar os valores, porque nós valorizamos a nossa rede parceirizada. Como falei no início, temos 215 escolas parceirizadas, mas nós chegamos num momento de esgotamento dessas instituições, nós não temos mais para onde ampliar, estamos fazendo um movimento de ampliação, sim, em algumas instituições, mas temos 6 mil crianças na lista de espera. Com a ampliação de vagas, no nosso movimento de gestão, nós conseguimos dar conta de 900 vagas, 1.000, talvez, no processo de gestão que nós já estamos fazendo dentro da Secretaria de Educação, nós temos mais cinco mil, e este PL é justamente para atender essa demanda que vem pela frente.

Foi falado aqui também sobre a questão do transporte, nós estamos falando de acesso à educação. Hoje nós não temos transporte, essas mães, essas famílias que já têm a vaga de zero a três, que a gente sabe que não é uma etapa obrigatória da educação infantil, não têm transporte garantido, mas estamos falando de acesso à vaga garantida. Isso já é um ganho para a família, porque essa mãe vai poder trabalhar, essa mãe vai poder trabalhar descansada, porque ela vai ter onde deixar o seu filho. Então, estou tentando resumir aqui todas as perguntas que foram trazidas. Não existe nenhum movimento também de contrapartida de isenção de imposto, como falei antes, tem toda uma proposta, e é muito transparente. Hoje apresentei os números, esta apresentação vai ficar à disposição; hoje

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE nº 041/21

temos quase mil vagas judicializadas, a ideia da compra de vagas é justamente para diminuir esse recurso que já é utilizado pelo Município. Como a Sara bem disse: “Qual é o caminho agora, o que eu faço? Porque não consigo essa vaga”. Justamente, Sara, é a nossa proposta, que a gente possa, com o projeto de lei aprovado, fazer esse chamamento público das instituições privadas, para que a gente dê conta de a Sara, de a Rosimary chegarem na Secretaria de Educação e a gente ter essa vaga na hora, imediatamente, para ofertar para a família, para que não fiquem esperando um ano, dois anos, ou quatro anos de gestão e não tenham o acesso à educação.

Então, de forma resumida – e também me coloco à disposição para continuar respondendo às perguntas que ficaram –, o nosso projeto está muito transparente, com valores explicados, com os caminhos que estamos traçando, e eu, como secretária de Educação, penso que essa pauta tem que ir além da ideologia, tem que ultrapassar os privados, os públicos municipal e estadual, essa pauta é das famílias, é das mães e é das crianças de zero a três anos que hoje estão fora da escola.

Para encerrar, Presidente, agradeço este espaço e tenham aqui a certeza de que, se a gente olhar a educação do Município de Porto Alegre, este projeto será um sucesso. Muito obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, secretária. Da nossa parte, vou conversar com o Ver. Oliboni, que se prontificou a conversar com a bancada do PT, com todas as bancadas, principalmente as bancadas que demonstram boa vontade e que querem resolver o problema. Então, vamos tentar fazer uma força-tarefa na Câmara também para votarmos logo este PL, para resolvermos os problemas da Sara e da família. Foram muito importantes os depoimentos da Rosimary e da Sara. Essa é a nossa grande realidade; vamos tentar resolver. Quero agradecer mais uma vez, ex-prefeito Pont, pela sua participação, por ter permanecido durante toda a audiência pública, agradecer o seu depoimento e dizer que continuo admirando-o como um homem sensato, honesto e que tentou fazer, no seu tempo, quando foi dirigente desta cidade, o melhor; meu reconhecimento. Muito obrigado aos secretários, ao secretário Cassio, aos vereadores que participaram e a todos que participaram desta audiência pública. Agradeço a todos. Boa noite.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Pauta: Debater o PLE n° 041/21

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h35min.)